

BORIS FAUSTO

*A REVOLUÇÃO DE 1930*  
*Historiografia e história*

*16.ª edição*  
*revista e ampliada*  
*4.ª reimpressão*

  
COMPANHIA DAS LETRAS

## A “DERRUBADA” DAS OLIGARQUIAS

Ao se caracterizar a Revolução de 1930 é preciso considerar que as suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade. Essa última circunstância elimina as explicações monistas do episódio, em termos de ascensão da burguesia nacional, revolução das classes médias.

Para melhor se compreender o movimento revolucionário convém destacar alguns traços da formação social brasileira que revelam a inconsistência dos mitos dualistas de qualquer origem. Como alguns autores têm demonstrado com bastante pertinência, a inteligibilidade da sociedade subdesenvolvida latino-americana só se torna possível quando considerada como parte integrante da expansão capitalista da Europa ocidental, a partir do século XVI. No caso brasileiro, o desenvolvimento do sistema capitalista foi o núcleo gerador da implantação e do declínio de uma economia de exportação, que se localizou, sucessivamente, no Nordeste, em Minas Gerais e no Centro-Sul. As regiões onde predomina o atraso ou as “relações semifeudais” são em geral áreas que ganharam impulso e foram posteriormente margina-

lizadas, em função das necessidades das metrópoles; suas relações com os núcleos modernos ou capitalistas não são de oposição, mas de complementaridade. Assim, exemplificando, essas áreas têm desempenhado muitas vezes o papel de fornecedoras de força de trabalho barata, de matérias-primas, e têm servido de mercado para as mercadorias produzidas pelas regiões mais adiantadas, sobretudo quando se instala, no Centro-Sul, o desenvolvimento industrial.

Os desníveis regionais internos não são um componente específico das áreas dependentes, pois existem mesmo nos países capitalistas avançados, como conseqüência da concentração geográfica do processo de acumulação. O subdesenvolvimento acentua, porém, esse desequilíbrio, impondo, no caso do Brasil, até os anos 30, a predominância dos centros voltados para a produção e comercialização de bens destinados ao mercado externo. Como observa Andrew Gunder Frank, há nos países subdesenvolvidos uma verdadeira satelitização em cadeia, que se propaga do plano externo ao interno: relação metrópole-satélite entre países dominantes e dominados; relação do mesmo tipo entre regiões dominantes e dominadas, no interior das diferentes regiões.

A tese dualista tirava seu maior argumento do caráter atrasado da estrutura agrária, pretendendo definir como semifeudais as áreas aparentemente desvinculadas do mercado, e certas relações de trabalho como a “meia”, a “terça”, o “cambão”. Caio Prado Jr. e Andrew Gunder Frank, convergindo na análise teórica para extrair conclusões políticas bastante diversas, demonstraram que o atraso dessa estrutura só é inteligível quando referido ao sistema capitalista mundial. No Brasil, o setor básico da produção agrícola, quer sob a forma de *plantation*, assentada no trabalho escravo, quer sob a forma de fazenda, em que se instalam relações de trabalho livre, é constituído por unidades produtivas voltadas para o mercado externo, caracterizadas pela identidade entre apropriação real/propriedade. Ao contrário do que sucedia na economia camponesa feudal européia, onde o cam-



ponês detinha as condições gerais da produção e se subordinava por laços pessoais ao senhor, o empresário (arrendatário ou não) controla a terra, os instrumentos de trabalho, compra ou aluga força de trabalho. A agricultura extensiva, o monopólio da terra, a existência de áreas regionais nada tem a ver com a formação da Europa medieval, pois são produtos do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, determinado a partir dos centros mundiais do sistema. Particularmente significativa é a afirmação de Frank de que relações de trabalho como a “meia”, a “terça” não se vinculam a uma mentalidade feudal ou a seqüelas coloniais, mas a duras considerações de ordem econômica e técnica de maior rentabilidade, de acordo com o tipo de cultura e a oferta de mão-de-obra, embora se possa pôr em dúvida a modernidade dessas relações, em todos os lugares em que apareçam.<sup>1</sup>

A liquidação do mito do feudalismo recoloca as questões, a partir de uma outra perspectiva. A eliminação de um conceito inadequado não significa, porém, negar a existência de áreas de maior e menor desenvolvimento, no interior dos diferentes países, nem a importância dos mecanismos de articulação interna dessas áreas. Até que ponto as chamadas “formas espúrias”, de relações formalmente não-capitalistas, os “remanescentes escravistas” são meros resíduos ou representam uma contradição interna do sistema que deve ser valorizada, tanto sob o aspecto econômico como, sobretudo, sob o aspecto político?

Para os limites da nossa discussão, importa considerar o surgimento da burguesia do café — entendida a expressão em sentido amplo, abrangendo os setores produtores, comerciais e financeiros, muitas vezes interligados — a partir de meados do século XIX, quando o país já alcançara a independência política e o Estado nacional se tornara o centro das decisões. O processo de formação da classe dominante, na economia açucareira e cafeeira, tem algumas diferenças essenciais. Do ponto de vista dos agentes que intervêm nas etapas da produção, as fases produtiva e comercial, como assinala Celso Furtado, acham-se separadas, no primeiro caso, com a monopolização do comércio

por grupos situados em Portugal e na Holanda; a burguesia do café, pelo contrário, se forma “numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica”.<sup>2</sup>

A possibilidade de maior margem de manobra da nova classe, diante dos centros financeiros externos, decorre não só dessa circunstância, como de pelo menos duas outras, diretamente relacionadas com as condições do mercado mundial e a forma pela qual o país se inseria no sistema capitalista. O Brasil deteve, por muitos anos, praticamente o monopólio da produção de café, destinada a um mercado em expansão. Por outro lado, como lembra Warren Dean, o controle de seu comércio exterior, ao contrário do que sucedia com outros países da América Latina, dividia-se entre diversas áreas de influência. O financiamento vinha da Inglaterra — principal credor da dívida pública brasileira; as exportações se dirigiam essencialmente para os Estados Unidos e a Europa ocidental; os produtos importados eram adquiridos sobretudo na Inglaterra, mas a Alemanha, até a Primeira Guerra Mundial constituía um competidor agressivo.<sup>3</sup>

A primeira operação valorizadora, iniciada em 1906 com o Convênio de Taubaté, é uma demonstração da possibilidade de barganha. Muito embora os Rotschild se opusessem à “aventura”, na qualidade de principais credores do Brasil, o estado de São Paulo, com o posterior apoio da União, logrou levar avante o convênio. Para isto, realizou um acordo com o maior importador de café da época — Hermann Sielcken — a que se seguiu a entrada no negócio da firma exportadora alemã Theodor Wille & Cia., do National City Bank de Nova York, dos opositores dos Rotschild e Banco da França, respectivamente J. Henry Schroeder & Cia. e Sociéte Générale de Paris.<sup>4</sup>

Em qualquer hipótese porém, trata-se de uma relativa margem de opção, no interior de uma dependência fundamental. A política econômica pode partir do núcleo cafeeiro interno, mas



não passa de uma seleção entre variáveis limitadas pela dependência. Se a primeira operação valorizadora foi desfechada, apesar dos obstáculos opostos de início pelos Rotschild, ficou nas mãos dos demais grupos financeiros que controlaram os estoques, por meio de uma comissão de sete membros, onde detinham seis postos, cabendo um lugar apenas ao estado de São Paulo. É quase desnecessário dizer que esses grupos foram os grandes beneficiários da operação. A partir de 1924, a política de defesa permanente do café sustentou os preços por alguns anos, trazendo como contrapartida o endividamento crescente aos centros financeiros externos, a superprodução, o acúmulo de estoques invendáveis.

No plano interno, a burguesia cafeeira detém em última análise o poder, por intermédio do eixo São Paulo—Minas, reunindo as duas oligarquias mais poderosas, a partir da eleição de Prudente de Morais (1894). Independentemente do fato de surgirem atritos na escolha de nomes, a aliança do “café-com-leite”, a partir dessa eleição, com o único hiato do governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), elege presidentes paulistas e mineiros, ou sob seu estrito controle, como é o caso do paraibano Epitácio Pessoa, escolhido por acordo entre os dois estados, na emergência decorrente da morte de Rodrigues Alves (1919).

Entretanto, os primeiros governos militares de Deodoro e Floriano, embora correspondam aos anos de indefinição do sistema, não conflitam com os interesses da burguesia do café, cuja expansão econômica é considerável, nos últimos anos do século XIX.

A Constituição de 1891 evidencia, no plano das instituições, que a classe dominante consegue alcançar seus objetivos políticos já no início da República, e é um índice de sua capacidade para promover a integração do país, na medida de tais objetivos. A ampla autonomia estadual consagrada na Constituição (possibilidade de contrair empréstimos externos, constituir milícias; discriminação de rendas favorecendo os estados, a quem cabe

lançar impostos sobre a exportação, transmissão de propriedade rural, indústrias e profissões, e dentre eles as unidades maiores; dualidade de magistratura etc.) não corresponde a um esfacelamento do poder central. É significativo assinalar que, nas discussões da Assembléia Nacional Constituinte, os representantes paulistas opõem-se ao reconhecimento de uma espécie de soberania estadual, proposta por representantes do Rio Grande do Sul, influenciados pelo positivismo.

A montagem da chamada política dos governadores, por Campos Sales, acentuando a dominância das unidades de maior peso e garantindo a estabilidade do poder central, através do reconhecimento das situações estaduais, representa o segundo grande momento institucional de predomínio do eixo São Paulo—Minas. As relações de igualdade que se estabelecem entre União — estados dominantes, em contraste com a subordinação do município ao estado, são um indicativo da natureza social da oligarquia dirigente, em particular a paulista.<sup>5</sup> Extraíndo sua força, em última instância, da grande propriedade agrária, ela exprime entretanto menos o “coronel” do interior, vinculado apenas ao meio rural, do que os interesses de conjunto da classe, condensando os grupos produtores, comerciais e financeiros ligados ao café.

O caráter fundamental da economia cafeeira e a modelação das instituições do país em seu proveito permitiram à classe hegemônica conservar a hegemonia mesmo quando o presidente da República provinha dos pequenos estados.<sup>6</sup> Para isso, ela necessitava do apoio das classes dominantes das demais regiões do país, que se alinhavam, seja na condição de beneficiárias mais próximas do núcleo central (Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco), seja como elementos secundários do sistema.

Na articulação das várias áreas, o Estado — centro de coesão da formação social — assume concomitantemente o papel de “representante direto” dos interesses cafeeiros e de guardião dos interesses nacionais. Ao mesmo tempo em que depende das oligarquias regionais, é a última instância que as legitima, funcionando como árbitro nas áreas cujos interesses



não representa “de maneira direta”.<sup>7</sup> Isso se expressa nas frequentes intervenções federais, ou nas pacificações alcançadas em momentos de crise aguda. É o caso, por exemplo, do acordo de Pedras Altas, realizado por Artur Bernardes no Rio Grande do Sul, pondo fim à luta entre libertadores e republicanos.

Nesse contexto, por força do caráter que assume a satelitização interna, não se constituem no país frações nacionais de classe, e as contradições no interior das classes dominantes tomam a forma regional.

A existência de violentas disputas entre grupos políticos estaduais não invalida essa constatação. Tais disputas constituem quase sempre atritos locais para decidir quem recebe os favores do núcleo dominante, na escala nacional. Quando se abre a possibilidade de enfrentá-lo, as dissensões regionais são mitigadas e até esquecidas, embora possam ter chegado à luta aberta.

O caso mais significativo é o do Rio Grande do Sul, onde se forma, em 1929, a Frente Única gaúcha, reunindo os velhos rivais libertadores (federalistas) e republicanos em torno da candidatura Getúlio Vargas. Mesmo a divisão política existente em São Paulo, a partir de 1926, com a formação do Partido Democrático, que contribui indiretamente para o êxito da Revolução de 1930, não contradiz a análise que enfatiza o predomínio das oposições de região a região: o PD simpatiza com os revolucionários, porém não participa do episódio; dezoito meses após o triunfo do movimento já se encontra unido ao PRP, na Frente Única paulista, e é o grande centro político na preparação da Revolução de 1932 contra o governo federal.

### *A CRISE DOS ANOS 20*

O sistema começa a apresentar sinais inquietantes de desequilíbrio nos primeiros anos da década de 20. Eles se revelam no inconformismo das classes médias e, sobretudo, nas revoltas tenentistas.

De fato, a oposição regional não se traduz, ao longo da Primeira República, em um conflito aberto. Pelo contrário, a fermentação em torno das candidaturas adversárias do eixo São Paulo—Minas morre com o fim dos pleitos, e as oligarquias menores tratam de mostrar sua solidariedade ao novo governo.

A antecipação revolucionária dos “tenentes” — sintoma gravíssimo de uma crise que se instala no aparelho do Estado — liga-se a uma dupla frustração. De um lado, a burguesia cafeeira confere ao Exército um papel subordinado; de outro, a cúpula militar aceita esse papel e entra em acordo com as oligarquias. O movimento tenentista não se volta apenas contra os quadros dirigentes civis da República Velha: Juarez Távora não poupa ataques aos “arreganhos militares” do ministro da Guerra, o futuro marechal Setembrino de Carvalho, acusando-o de exercer uma espécie de militarismo de encomenda, “tacanho e porco”, explorando fraquezas e caprichos de Artur Bernardes.<sup>8</sup> Um dos membros da Junta Provisória de 1930 — o general Tasso Fragoso —, em declarações prestadas em 1937, refere-se ao projeto concebido por alguns “tenentes” para afastar da ativa todos os generais, como incompetentes e suspeitos.<sup>9</sup>

Por outro lado, nas vinculações com núcleos familiares tradicionais de vários líderes tenentistas, independentemente da condição econômica, encontra-se uma das razões de sua audácia. Os líderes não se integram ao Exército como figuras obscuras, em busca de ascensão social; pelo contrário, uma responsabilidade de elite pelos destinos do país, que julgam desviado de seus verdadeiros objetivos, incentiva-os a romper abertamente com a ordem estabelecida.

Qual o caráter da crise que se abre na década de 20? Assinalando com justeza a distinção entre a esfera das relações econômicas e das relações políticas no “antigo regime”, Francisco Weffort afirma que ela se dá no nível do Estado, antes de se manifestar no nível da economia. Sem negar a presença de uma crise econômica, cujas raízes entretanto viriam de longe, Weffort insiste na anterioridade da crise política e destaca a tranquilidade,



certa euforia econômica, no curso do governo Washington Luís, com exceção do último ano. Identificando todos os movimentos de rebeldia da época com as classes médias, explica a virulência antioligárquica, “num período em que a sociedade e a economia ‘tradicionais’ se encontram em plena vitalidade”, pela incapacidade da “sociedade tradicional” de abrir o Estado a esses setores criados por sua própria expansão. Isto levaria as classes médias a lutar pela modernização das estruturas políticas, sem tocar no processo produtivo, do qual dependiam e do qual eram solidárias de algum modo.<sup>10</sup>

Sem dúvida, esse autor tem razão ao insistir nas características jurídico-políticas da crítica antioligárquica e ao evitar o economismo, não identificando esquematicamente crise econômica e crise política. No entanto, algumas de suas conclusões nos parecem sujeitas, pelo menos, a maior discussão.

A anterioridade da crise política só pode ser afirmada se substituirmos o conceito de “contradição econômica” pelo de “crise”, associando a essa noção o sentido de “crise catastrófica”. A estrutura econômica do país, baseada na monocultura cafeeira, torna-se extremamente vulnerável, a partir da Primeira Guerra Mundial, por depender de um único produto de exportação, em um mundo que tende cada vez mais à autarquia e ao protecionismo. O problema não tem a mesma dimensão no início da República e na década de 20. Nos fins do século XIX e início deste século, as perspectivas do comércio internacional são promissoras, e o Brasil detém praticamente o monopólio da produção mundial; nos anos 20, a concorrência de outros países aumenta, a tendência à queda de preços se acentua, a política de valorização se instala. Como mostra um economista, de resto pouco inclinado ao conceito de contradição, referindo-se à defesa permanente do produto,

o sistema, por maior que fosse o seu bom êxito a curto prazo (medido, quer do ponto de vista do agricultor, que queria mil-réis por saca, quer do ponto de vista do governo, que desejava mais libras esterlinas por saca), continha em si mesmo a contradição que o acabaria liquidando. Mantidos os preços altos interna e externamente, a liquidação do sistema era uma questão de tempo,

pois em breve haveria uma superprodução incontrolável (ou brasileira, ou de nossos concorrentes) e seria impossível repetir-se a operação com bom êxito.<sup>11</sup>

É verdade que, em meio a essa situação estruturalmente desequilibrada, o café apresentou alguns bons anos, sobretudo no governo Washington Luís. Mas esses anos favoráveis não significaram necessariamente euforia ou redução de dificuldades econômicas para todos os setores da população. Os efeitos da crise internacional de 1921 e as emissões maciças para atender às compras de café no curso da terceira operação valorizadora, provocando o aumento do meio circulante de 1,8 milhão de contos em 1920, para 2,6 milhões em 1923, acentuaram a tendência à elevação do custo de vida, na década de 20. É significativo assinalar que, segundo os índices apresentados por Roberto Simonsen, entre 1923 e 1924 verificou-se a maior elevação do período 1914-1930, cerca de 17%.

ÍNDICES DO CUSTO DE VIDA — 1914-1930

| Anos | Índice |
|------|--------|
| 1914 | 100    |
| 1915 | 108,5  |
| 1916 | 116,5  |
| 1917 | 128,3  |
| 1918 | 144,1  |
| 1919 | 148,8  |
| 1920 | 163,8  |
| 1921 | 167,9  |
| 1922 | 184    |
| 1923 | 202,8  |
| 1924 | 236,6  |
| 1925 | 252,8  |
| 1926 | 260    |
| 1927 | 267,4  |
| 1928 | 263    |
| 1929 | 261    |
| 1930 | 237,3  |

Fonte: Roberto Simonsen, *Evolução industrial do Brasil*, p. 40.



Embora esses índices não discriminem os percentuais dos diferentes artigos — o que, aliás, poderia aumentar em muito o cálculo relativo aos bens de primeira necessidade — e devam ser confrontados com a elevação média dos salários, é certo que, na primeira fase do governo Bernardes, pontilhada pelas agitações tenentistas, a inflação assumiu aspectos graves, tendo o governo tomado algumas medidas para enfrentá-la.<sup>12</sup>

Note-se que os “tenentes” procuraram capitalizar em seu favor a conjuntura desfavorável, como se vê por esse expressivo trecho de uma carta dirigida pelo moderado general Isidoro Dias Lopes ao deputado Azevedo Lima, com data de 27 de fevereiro de 1925:

Fantasticamente rico, o Brasil, sob o ponto de vista financeiro, está falido. Não pode pagar os fabulosos juros da sua fabulosa dívida, apesar dos milhões de contos de réis extorquidos ao povo nesses últimos vinte anos. Fantasticamente rico — sob o aspecto econômico —, o Brasil contempla uma oligarquia plutocrática a enriquecer até a quinta geração, enquanto 30 milhões de habitantes, quase em miséria, são cada vez mais explorados. Esses 10 mil, do vasto sindicato, são compostos dos grandes industriais, seus parentes, compadres e nepotes de toda a sorte. Ao passo que esses 10 mil enriquecem, como acentuei, até a quinta geração, o operariado e uns 30 milhões de espoliados, sem dinheiro de ordem alguma, estão quase na miséria, por uma artificial e criminosa carestia de vida.<sup>13</sup>

Lembre-se também a difícil situação em que se abre o ano de 1929, quando o problema da superprodução se torna agudo: as floradas dos cafezais, plenamente recuperados da grande safra 1927-1928, que produzira aproximadamente 27 milhões de sacas contra cerca de 18 milhões no ano agrícola 1926-1927, anunciavam uma safra de pelo menos iguais proporções, acrescida ainda dos novos cafezais que entravam em produção.<sup>14</sup>

O fato de que a ideologia da oposição raramente ultrapasse os limites jurídico-políticos tem algo a ver com os horizontes de uma “visão moralizante de classe média”, sobretudo em mani-

festações como a do Partido Democrático de São Paulo, mas não se explicita apenas nessa relação. Os limites existem tanto nos pronunciamentos tenentistas como na crítica das oligarquias dissidentes. Se isto acontece, é porque os setores inconformados com o predomínio da burguesia do café não têm condições objetivas para apresentar um projeto de estruturação econômica do país diverso do núcleo cafeeiro, mesmo deixando intocadas as relações de produção. Por longo tempo, as oligarquias imediatamente inferiores à oligarquia paulista, cujos representantes políticos são os Antônio Carlos, os Borges de Medeiros, os Vargas, não vislumbram outro caminho senão o da acomodação, do recebimento de favores do centro predominante, como se deduz, por exemplo, das boas relações entre Washington Luís e os dirigentes gaúchos, na fase imediatamente anterior ao lançamento da candidatura Getúlio Vargas.

Quando a Aliança Liberal se estabelece, como arma de pressão aberta a todo tipo de conciliações, que programa podem oferecer as oligarquias estaduais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, a que se junta um estado representante do abandonado Nordeste, senão essencialmente a reforma política? Que viabilidade havia para sugerir novos rumos, para além de tímidas referências à necessidade de diversificação econômica? Vargas e Antônio Carlos insistem mesmo em dizer que, vitoriosa a oposição, a política do café não será modificada. Em declaração ao *Correio do Povo* de Porto Alegre, afirma o candidato da Aliança:

A lavoura do café é, por assim dizer, a linha mestra da nossa economia. A influência da produção cafeeira na vida do país é tão importante que se lhe não podem negar as honras e o largo alcance de um problema de interesse eminentemente nacional. Na cifra global da nossa exportação o café contribui com 70%. Tanto vale dizer que entra com mais de dois terços do ouro necessário ao equilíbrio da nossa balança comercial. O café está, portanto, estreitamente entrelaçado com o problema do câmbio e a estabilização do valor da moeda. Nada mais se torna mister acrescentar para que se avalie quanto a questão do café interessa ao Governo Federal.<sup>15</sup>



Antônio Carlos enfrenta, por sua vez, as especulações com a origem gaúcha do candidato:

Só por exploração eleitoral se poderia dizer que o dr. Getúlio Vargas, na presidência da República, se desinteressará da política defensora dos preços do café. Com a sinceridade que o caracteriza e a convicção de quem não sabe faltar a compromissos, ele já afirmou de modo inequívoco e público que, na execução dessa política, sua atitude coincidirá inteiramente com as diretrizes e com a atuação que a mentalidade paulista, com inteiro acerto, tem ditado aos seus dirigentes.<sup>16</sup>

No entanto, ao se constituir, em agosto de 1929, a Aliança Liberal, havia alguns indícios no país de que o tradicional ensarilhar de armas da oposição, após uma derrota nas urnas, poderia não se repetir. A Aliança era uma coligação de oligarquias dissidentes cujos nomes ilustres não visavam outra coisa senão pressionar a burguesia de São Paulo e obter concessões. No seu interior se encontravam, porém, alguns quadros jovens (Virgílio de Melo Franco, José Américo, Osvaldo Aranha, Batista Luzardo etc.) que, sem diferenças ideológicas essenciais com os velhos oligarcas, deles se distanciavam por uma disposição de alcançar o poder pelo caminho das armas, se necessário. Além da existência desses quadros, a possibilidade de contar com a articulação dos “tenentes” e o apoio das classes médias eram os elementos capazes de alterar os dados de uma tranqüila sucessão.

Nesse ponto, é necessário restituir toda importância à trama dos acontecimentos políticos. A insistência do presidente Washington Luís em apresentar candidato paulista à sucessão, para garantir a continuidade de sua política financeira, a negativa de abrir mão do nome de Júlio Prestes, mesmo em favor de outra figura de São Paulo, forçou a ruptura da velha aliança do “café-com-leite”, colocando na cena política uma perigosa área de atrito. Embora a iniciativa do veto à candidatura Júlio Prestes partisse de Minas Gerais, a apresentação de um nome mineiro tornou-se inviável, nascendo dos entendimentos entre esse estado e o Rio Grande do Sul a candidatura Getúlio Vargas.

Pela primeira vez desde a época de apogeu do senador Pinheiro Machado, cuja indicação fora barrada em 1913 pelo acordo São Paulo—Minas, o Rio Grande do Sul — satélite de primeira plana — aspirava à presidência, em situação favorável, por contar agora com o apoio de um dos estados dominantes em choque com o outro.

Em meio a essas possibilidades inarticuladas em plena campanha eleitoral, abriu-se a crise mundial, em outubro de 1929. A crise não produziu a revolução, como uma espécie de curto-circuito em um sistema em pleno funcionamento, e é possível mesmo especular sobre a eventualidade da queda da República Velha, independentemente dela. Mas as contradições da economia cafeeira, das instituições que consagravam seu predomínio ganharam outra dimensão.

O fato de que a crise não tenha sido um fenômeno circunscrito ao final dos anos 20, gerando problemas que se prolongaram, até com maior profundidade, após a Revolução de 1930, não elimina seu impacto na fase pré-revolucionária no âmbito econômico.<sup>17</sup> Os efeitos políticos não são constatáveis apenas pelas eleições de março de 1930, em que a exploração da situação econômica por parte da Aliança Liberal teve escasso rendimento. É necessário considerá-los em vários planos, especialmente em função do comportamento da burguesia cafeeira, no caso de um conflito aberto entre o governo e as oposições. A crise acelera as condições que possibilitaram o fim da supremacia da burguesia do café, ao produzir o desencontro entre a classe e seus representantes políticos. O conjunto da classe já não reconhece nesses representantes os quadros que, para além das reivindicações específicas, unificam o conjunto da Nação, na medida de seus interesses.

Com o objetivo de manter a política financeira de estabilidade cambial e assegurar a continuidade da Caixa de Estabilização como um dos instrumentos dessa política, Washington Luís abandona a defesa do café, tentando ampliar consideravelmente as vendas no exterior, por meio da baixa de preços. As ne-



gativas do governo federal, de emitir para a defesa do produto, ou de conceder a moratória, suscitam um enorme descontentamento em São Paulo, onde se realiza, em dezembro de 1929, um Congresso de Lavradores convocado por todas as associações rurais (Sociedade Rural Brasileira, Sociedade Paulista de Agricultura, Liga Agrícola Brasileira). É nesse encontro que Alfredo Pujol, um dos representantes da Sociedade Paulista de Agricultura, levanta a palavra de ordem célebre na época: “O lema é a lavoura, hoje, com o governo. E, se não formos atendidos, amanhã será a lavoura sem o governo. E, depois, a lavoura contra o governo”.<sup>18</sup> O clima de aberto descontentamento, em todas as reuniões, pode ser medido pela vaia que recebe um dos congressistas, ao ensaiar a defesa de Júlio Prestes.

Certamente, o desencontro não significa a passagem do velho setor cafeeiro para as oposições, como transparece das queixas do *Diário Nacional*, referindo-se aos agricultores que, por intermédio de um congresso ruidoso, ameaçaram céus e terras para se curvarem, afinal, arrependidos, num *mea culpa* humilhante.<sup>19</sup> Joaquim Sampaio Vidal, um dos líderes da oposição paulista e principal financiador do jornal partidário, filho do grande fazendeiro Bento Sampaio Vidal, expressa também seu desencanto dizendo que

Quando o PD de São Paulo foi fundado, em 1926, não encontrou apoio nas classes produtoras ou conservadoras, embora em seu programa constassem itens de interesse dessas classes. Recentemente, no auge da crise financeira do café, no Congresso da Lavoura, reunião vibrante com caráter de assembléia de reivindicações, foi lançado o lema-desafio: ‘Hoje a lavoura com o governo. Se não formos atendidos, amanhã será a lavoura sem o governo, e depois a lavoura contra o governo’. São passados apenas noventa dias e que resta daquele vulcão? Apenas o eco [...] e o sorriso irônico ainda nos lábios dos nossos políticos profissionais. [...] Das classes conservadoras na-da podemos esperar. Não reagiram em 93. Não atenderam aos apelos de Rui em 1909 e 1919. Diante da formidável crise não lutaram em 1929. É no povo que está a nossa esperança. Depois que a massa anônima conseguir impor a

vontade eleitoral, então acreditaremos que as classes conservadoras comparecerão para disputar as posições. Por enquanto, é um peso morto, favorecendo inconscientemente aos profissionais da política.<sup>20</sup>

A “máquina” funciona nas eleições de março de 1930, dando a vitória à chapa Júlio Prestes—Vital Soares, mas o governo deixa de contar com sua base de sustentação para os momentos decisivos, como os acontecimentos de outubro iriam revelar. O contraste entre a frieza dos setores agrários paulistas em outubro de 1930 e sua ampla mobilização, em outro contexto, dois anos depois, é neste sentido um exemplo bastante revelador.

A crise alenta também os ressentimentos regionais, no instante em que desaba um sistema construído fundamentalmente em função dos interesses da burguesia cafeeira de São Paulo. Na Câmara Federal, a atitude da maioria, rejeitando um requerimento de informações ao governo acerca das medidas tomadas para enfrentar a crise, provoca uma longa discussão:

O sr. Eloy Chaves — Devia e era conveniente que no momento (o requerimento) fosse rejeitado.

O sr. Adolfo Bergamini — Como o foi.

O sr. Raul de Faria — Inconveniente por quê?

O sr. Eloy Chaves — [...] porque toda e qualquer discussão perturbaria os acontecimentos.

O sr. Adolfo Bergamini — Ora, essa! Então o estudo em torno da moléstia prejudica o doente?

O sr. Carvalhal Filho — A exploração prejudicaria.

O sr. Hugo Napoleão — 3005!

O sr. Adolfo Bergamini — De modo que só os benefícios são particulares de São Paulo e os malefícios são gerais, do resto do país.

O sr. Eloy Chaves — Os benefícios não são só de São Paulo, mas do Brasil inteiro.

O sr. Raul de Faria — Os sacrifícios são da nação inteira.

O sr. Adolfo Bergamini — Foi o preço eleitoral do café, fixado pela política paulista, que determinou esse fracasso, esse erro, pelo qual estão pagando 40 milhões de brasileiros.



O sr. Eloy Chaves — Pagando em quê? No beijo?

O sr. Adolfo Bergamini — Não, na algibeira.

O sr. Eloy Chaves — Só o povo de São Paulo tem suportado o sacrifício.

O sr. Adolfo Bergamini — Não apoiado; são 40 milhões de almas que sofrem os desmandos políticos de uma oligarquia nefasta.

O sr. Presidente — Atenção! Peço aos nobres deputados que permitam ao orador prosseguir em suas considerações.

O sr. Manoel Villaboim — A prosperidade de São Paulo é que dói aos apartistas...

O sr. Adolfo Bergamini — A prosperidade de São Paulo causa orgulho a todos nós...

O sr. Eloy Chaves — Mas não parece, às vezes.

O sr. Bergamini — ... como causará a do Amazonas, a de Minas ou a de qualquer outro estado, porque todos somos brasileiros. Por isso mesmo é que doem, nos acabrunham, os inconvenientes e malefícios decorrentes de uma política que se acha em contradição com o sentimento nacional.

O sr. Eloy Chaves — Essa política é a de V. Excia., não a de São Paulo, que trabalha e produz.

O sr. Bergamini — É a de São Paulo, que trabalha e produz, mas tem em seu seio uma oligarquia que contraria os sentimentos dos próprios paulistas.

O sr. Joviniano de Castro — V. Excia. é apaixonado (soam os tímpanos).

O sr. Presidente — Atenção! Está com a palavra o sr. José Bonifácio.

O sr. Villaboim — Se há essa oligarquia, ela é constituída por verdadeiros brasileiros amantes de sua pátria.

O sr. Raul de Faria — A verdade é que todos os estados trabalham e produzem, na medida de suas forças.

O sr. Cardoso de Almeida — São Paulo sacrifica-se em benefício de todos os outros estados. (Não apoiados veementes da minoria; o sr. Presidente pede atenção.) Tem contraído todos os empréstimos com sacrifício, ao passo que Minas nada faz na defesa do café.

O sr. Raul de Faria — Não apoiado. As sugestões de Minas não foram sequer consideradas para adotar-se política errônea.

O sr. Américo Barreto — Minas não fez o menor sacrifício. (Continua a troca de apartes, estabelecendo-se o tumulto. O sr. Presidente faz soar os tímpanos, pedindo reiteradamente atenção.)<sup>21</sup>

Por outro lado, dentro do quadro mais amplo de toda a América Latina, a ocorrência de onze movimentos revolucionários, predominantemente militares, em apenas dois anos,<sup>22</sup> é bastante significativa. Não se pode reduzir esses movimentos a uma identidade que em nada elucidaria episódios de sentido diverso, como a Revolução de 1930 no Brasil, e o golpe do general José Urriburu, na Argentina. Porém, em sua base, está o desajuste provocado, nos países dependentes, pela crise mundial que atinge os preços dos produtos de exportação e impõe um novo arranjo interno, nas condições específicas de cada país.

A imprensa paulista de oposição, no curso do ano de 1930, reflete a nítida consciência de que uma onda de instabilidade varria a América Latina e o claro propósito de explorar os acontecimentos, em proveito das articulações revolucionárias. Insistia-se em estabelecer um paralelismo entre a situação brasileira e a queda de governos “que se divorciam da opinião pública”, como os de Siles, Leguia, Irigoyen. A queda de Hipólito Irigoyen é especialmente utilizada como exemplo do verdadeiro caminho a ser seguido no Brasil. Na Argentina, “o povo apelou para as Forças Armadas, e estas, após os seus chefes formarem uma Junta governativa, declaram não aceitar a Presidência da República nas eleições”; de fato, tornou-se mais delicada a missão das Forças Armadas: “não lhes cabe, apenas, preservar a pátria da invasão estrangeira e, na guerra do opróbrio das derrotas, senão também defender, com a justa compreensão a que a simples observação dos fatos nos leva, os direitos essenciais à existência de coletividades dignas e que desejam ser respeitáveis”.<sup>23</sup>

A articulação revolucionária, que ganha forças entre marchas e contramarchas, após a derrota eleitoral da Aliança em março de 1930, nasce do esforço dos quadros jovens, tanto civis como militares. Sob esse aspecto, o corte de gerações tem algum significado, no entendimento do episódio. Os velhos oligarcas



aceitam a tradicional recomposição, como se verifica pela famosa entrevista de Borges de Medeiros ao jornal *A Noite*, logo após as eleições, onde considera Júlio Prestes eleito e felizmente por margem bastante grande, de modo a evitar “discussões e sofismas”. São os “tenentes” e homens como Virgílio de Melo Franco, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura que dão impulso ao movimento revolucionário, conseguindo arrastar afinal as figuras tradicionais.<sup>24</sup>

A frente que derruba do poder Washington Luís compõe-se com a classe dominante de uma região cada vez menos vinculada aos interesses cafeeiros (Minas Gerais) e de áreas deles inteiramente desvinculadas (Rio Grande do Sul, Paraíba), contando com a adesão de uma parcela ponderável do aparelho militar do estado.

Sua base de apoio é representada por todas as forças sociais das regiões em dissidência e pelas classes médias dos grandes centros urbanos. O proletariado tem no episódio revolucionário uma “presença difusa”. Certamente não intervém na revolução como classe, tomada a expressão em sentido estrito, isto é, como categoria social composta de indivíduos que não só exercem papel semelhante no processo produtivo, mas têm objetivos definidos de ação, oriundos de uma consciência comum do papel que desempenham neste processo e na sociedade. Entretanto, há indicações de que a massa operária simpatizava com os revolucionários, como se verifica por algumas manifestações — por exemplo, a adesão de operários do Brás ao cortejo de Getúlio, quando o candidato visita São Paulo<sup>25</sup> — e, pelo menos no Recife, é possível constatar uma participação limitada nos acontecimentos.

O êxito da Revolução de 1930 dependeu em essência do papel desempenhado pelos militares, mas o Exército não atuou como uma força homogênea, cuja iniciativa é determinada, hierarquicamente, a partir da cúpula. O setor militar mais dinâmico na articulação do movimento, representado pelos “tenentes”, encontrava-se, a rigor, fora do aparelho militar do Estado, pois muitos de seus membros haviam sido afastados das fileiras do

Exército. No interior das Forças Armadas, enquanto os altos escalões estavam bastante divididos, alguns quadros situados entre estes e os “tenentes” — caso típico do general Góis Monteiro — assumiram o comando das operações, com amplo apoio da base.<sup>26</sup> Os núcleos fundamentais da conspiração, cuja importância política se projetou após o movimento, foram os “tenentes” e figuras mais integradas no sistema como Góis Monteiro e o então major Eurico Gaspar Dutra. A cúpula, mesmo quando em confabulação com os revolucionários, só interveio na luta no momento em que o peso da balança já pendia para estes, com o nítido propósito de funcionar como poder substitutivo e moderador. Tasso Fragoso, Bertoldo Klinger, Malan d’Angrogne, Leite de Castro executaram o golpe de 24 de outubro no Rio de Janeiro, “para prevenir excessos”, e há sérios indícios de que pretendiam se perpetuar no governo. Klinger, pelo menos, manifestou-se abertamente neste sentido.

Por outro lado, a faculdade conferida aos estados, de organizar milícias, punha nas mãos das oligarquias regionais uma força delas diretamente dependente e retirava do Exército o monopólio da intervenção armada. No arranque inicial de 3 de outubro, no Rio Grande do Sul, a brigada militar e os chamados “provisórios” formaram um núcleo mais importante do que os próprios quadros do Exército. No Paraná e em Santa Catarina, a iniciativa partiu dos “irregulares”.

Em síntese, a crise de hegemonia da burguesia cafeeira possibilita a rápida aglutinação das oligarquias não vinculadas ao café, de diferentes áreas militares onde a oposição à hegemonia tem características específicas. Essas forças contam com o apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares. Do ponto de vista das classes dominantes, a cisão ganha contornos nitidamente regionais, dadas as características da formação social do país (profunda desigualdade de desenvolvimento de suas diferentes áreas, imbricamento de interesses entre a burguesia agrária e a industrial nos maiores centros), e as divisões “puras” de fração — burguesia agrária, burguesia indus-



trial — não se consolidam e não explicam o episódio revolucionário.<sup>27</sup> Isso se evidencia inclusive na presença, em campos opostos, de dois industrialistas como Simonsen e o gaúcho João Daudt de Oliveira, que mais tarde estariam reunidos nos órgãos representativos da indústria.

### *O ESTADO DE COMPROMISSO*

A formação de uma frente constituída por forças de natureza diversa não responde, por si só, à questão de que classe ou fração substitui no poder a burguesia cafeeira. Francisco Weffort encontra a melhor resposta para o problema, caracterizando os anos posteriores a 1930 como o período em que

nenhum dos grupos participantes pode oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade: as classes médias porque não têm autonomia frente aos interesses tradicionais em geral; os interesses do café porque diminuídos em sua força e representatividade política por efeito da revolução, da segunda derrota em 1932 e da depressão econômica que se prolonga por quase um decênio; os demais setores agrários porque menos desenvolvidos e menos vinculados com as atividades de exportação que ainda são básicas para o equilíbrio do conjunto da economia.

Em tais condições, instala-se um compromisso entre as várias facções pelo qual “aqueles que controlam as funções de governo já não representam de modo direto os grupos sociais que exercem sua hegemonia sobre alguns dos setores básicos da economia e da sociedade”.<sup>28</sup>

A possibilidade de concretização do Estado de compromisso é dada, porém, pela inexistência de oposições radicais no interior das classes dominantes e, em seu âmbito, não se incluem todas as forças sociais. O acordo se dá entre as várias frações da burguesia; as classes médias — ou pelo menos parte delas — assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do Estado, mantendo, entretanto, uma posição subordinada. À

margem do compromisso básico fica a classe operária, pois o estabelecimento de novas relações com a classe não significa qualquer concessão política apreciável.

Uma análise sumária dos primeiros sete anos do governo Vargas revela os traços essenciais dessa composição de forças. A burguesia do café é apeada do poder central, abrindo-se a partir daí uma espécie de longa renúncia das classes dominantes de São Paulo à instância política. Paulo de Moraes Barros, que acumula, nos primeiros momentos após o episódio revolucionário, as pastas da Agricultura e da Fazenda, não consegue firmar-se na constituição do Governo Provisório. José Maria Whitaker, submetido à pressão tenentista, depois de onze meses de gestão renuncia ao Ministério da Fazenda, em novembro de 1931. A própria entrega do Estado a seus representantes políticos só se realiza efetivamente após a Revolução de 1932. Isso não contradiz o fato de que Vargas tenha encontrado sempre vias para não cortar suas pontes com a burguesia paulista, por intermédio de figuras como José Carlos de Macedo Soares, Fernando Costa e mesmo, transitoriamente, Armando de Sales Oliveira.

Na área econômica, embora retire o comando dos negócios cafeeiros da esfera estadual, com o esvaziamento das funções do Instituto do Café do Estado de São Paulo e a criação do Conselho Nacional do Café (1931), mais tarde Departamento Nacional do Café (1933), o governo não pode deixar de atender aos interesses do setor, pois o café, ainda que em crise, continua a ser o núcleo fundamental da economia.<sup>29</sup> Sem dúvida, a política de destruição do produto pela queima, que se estende de junho de 1931 a julho de 1944, impõe restrições aos cafeicultores, mas impede um colapso total. Dentre as medidas tomadas por Vargas, visando a atenuar os problemas decorrentes da crise agrícola, a mais conhecida é a chamada Lei de Reajustamento Econômico (Decreto nº 23.533, de 1º de dezembro de 1933), pela qual foram reduzidos em 50% o valor de todos os débitos dos agricultores sujeitos a garantia real ou pignoratícia e os débitos de qualquer natureza a bancos e casas bancárias quando fosse de insolvência



o estado do devedor, indenizando-se os credores com apólices do governo federal.<sup>30</sup>

Os incentivos à diversificação da produção, como resposta à difícil situação econômica, ao mesmo tempo que acolhem as reivindicações das classes dominantes desvinculadas do núcleo cafeeiro e possibilitam uma saída para a própria agricultura paulista, não correspondem a uma identificação política imediata do governo com essas classes. Vargas não se curva às ameaças da Frente Única gaúcha, à pressão realizada por alguns de seus ministros como Lindolfo Collor e Maurício Cardoso, que renunciaram às pastas do Trabalho e da Justiça, logo após o empastelamento do *Diário Carioca*, em fevereiro de 1932. Pelo contrário, se alguns integrantes da Frente Única tomam posição contra Vargas, na revolução daquele ano (Collor, João Neves, Borges), o destino do organismo é desintegrar-se diante da força crescente do poder central.

A instituição que garante a existência do Estado de compromisso é o Exército. Ele sustenta o regime não no caráter de “estrato protetor das classes médias”, mas como liame unificador das várias frações da classe dominante. Aos olhos do general Góis Monteiro, as Forças Armadas aparecem como a concentração da nacionalidade, diante da incapacidade da opinião pública do país para se organizar em forças nacionais. Nessas condições, “o Exército e a Marinha terão que ser, naturalmente, núcleos construtores, apoiando governos fortes capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional porque só com a força é que se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas”. E não há dúvida de que tais governos deverão ser a expressão de uma “burguesia inteligente”, que assimilou as lições da Primeira Guerra Mundial:

O mundo, experimentando após a grande guerra, a maior crise que se verificou para a civilização, engendrada pela burguesia, está nos dando, a cada passo, exemplos de como a burguesia de cada país tem se mostrado inteligente, até certo ponto, na maneira de compreender as causas, sobretudo da depressão econômica e

financeira e da depressão moral. Ela procura um meio mais racional e mais fácil de salvar-se, fazendo, para isso, o sacrifício mesmo de seus preconceitos de individualismo, ao consentir que o Estado se estabeleça sobre luzes mais sólidas e dirija a vida da coletividade com mais justiça no terreno social, no terreno jurídico, no terreno econômico. Não pode existir Exército disciplinado dentro de uma nação indisciplinada. Organização quer dizer disciplina, divisão de trabalho etc.<sup>31</sup>

Embora Vargas tenha se apoiado nos “tenentes” durante os primeiros anos da década de 30, e algumas aberturas nacionalistas difusas se devam à influência destes, a consolidação do novo governo dependia da homogeneização do aparelho militar. Isso implicava a liquidação do tenentismo como força autônoma que, a cada passo, ameaçava corroer a disciplina, sem prescindir dos “tenentes” individualmente, e o combate às organizações radicais, cuja influência ideológica, por meio da figura de Prestes, crescia nas Forças Armadas. Esses objetivos foram perseguidos por alguns quadros militares, cujo representante exemplar foi Góis Monteiro, e implicaram a condenação do Clube 3 de Outubro à morte lenta. Escrevendo em 1934 sobre o Clube, diz o general Góis

que ele prestou alguns serviços decisivos ao Governo Revolucionário, enfrentando as organizações regionalistas. Mas a organização se desmoralizou pela indisciplina, exageros, demagogia. Quis intervir na vida íntima do Exército, ameaçando a disciplina, e o Exército o repeliu porque as questões do Exército só podem ser resolvidas por ele próprio. Agora transformou-se em órgão doutrinário, com um programa de ação muito razoável.<sup>32</sup>

O êxito da tarefa de homogeneização pode ser medido pela atitude de um político liberal como Armando de Sales Oliveira, às vésperas do golpe de 1937, apelando para o Exército, único instrumento capaz de garantir a realização de eleições e pelo próprio golpe que só se tornou possível porque o núcleo militar que o articulava (Góis, Dutra, Daltro Filho) assentava sua força em um organismo muito mais coeso do que aquele que interviera, sete anos antes, no episódio de outubro.



O Estado que emergiu da Revolução de 1930 manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a vanguarda e suas organizações partidárias,<sup>33</sup> ao mesmo tempo em que procurava estabelecer com o conjunto da classe um novo tipo de relações. A política de marginalização pura e simples realizada pelas velhas classes dominantes não tinha mais condições de se sustentar. Se na plataforma da Aliança Liberal já se encontravam os traços de um maior interesse pelo chamado problema social, as agitações operárias dos primeiros anos da década de 30 acabaram por “sensibilizar” o governo em definitivo.

Na interventoria João Alberto eclodiu uma série de greves, a partir de novembro de 1930, destacando-se a da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (2400 operários) e da Metalúrgica Matarazzo (1200 operários). A 25 de novembro daquele ano, o *Diário Nacional* calculava em 8400 o total de grevistas, e o movimento abrangia 31 fábricas. No Rio de Janeiro, no curso de 1931, os trabalhadores têxteis paralisaram continuamente o trabalho, chegando a ocorrer a invasão dos escritórios da fábrica Nova América. Quando em São Paulo se abriu a crise da interventoria, com a renúncia de João Alberto, 30 mil operários saíram às ruas, atendendo a apelos de greve; em maio de 1932, eclodiram movimentos paredistas dos ferroviários da SPR, sapateiros, vidreiros, tecelões, padeiros, garçons.<sup>34</sup>

O governo Vargas instituiu, pouco a pouco, uma série de medidas tendentes a dar tratamento específico à questão — a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (novembro de 1930) — e a proteger a força de trabalho, promover sua limitada organização econômica, incentivar o aproveitamento do operário nacional. O anacrônico padrão de relações, sintetizado na frase tantas vezes citada, “a questão social é uma questão de polícia”, começou a ser substituído por outro que implicava o reconhecimento da existência da classe e visava a controlá-la com os instrumentos da representação profissional, dos sindicatos oficiais apolíticos e numericamente restritos.

Um bom exemplo da habilidade de manipulação ideológica, por parte dos dirigentes do Estado encontra-se na especulação com a origem dos trabalhadores, imediatamente após o movimento revolucionário. A gradativa preponderância quantitativa do operário brasileiro, como fruto da crescente migração interna, foi incentivada pela “lei de nacionalização do trabalho” (Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930), estabelecendo a exigência de dois terços de empregados nacionais nas empresas e limitando a entrada no país de passageiros de terceira classe, o que provocou sensível declínio das correntes imigratórias. A medida tinha, sem dúvida, um fundamento objetivo nas condições do mercado de trabalho em face da crise mas, nos *consideranda* do decreto, o chefe do Executivo acentuava “que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas freqüentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e a insegurança social”. Em janeiro de 1931, o ministro Lindolfo Collor diria claramente:

Um dos fatores mais condenáveis da exploração do operário brasileiro e das injustiças contra ele cometidas é o operário estrangeiro que vem para o nosso país acossado pelas necessidades de seus países de origem, que toma o lugar do nacional que muitos patrões consideram economicamente inferior e, não satisfeito com isso, se entrega ainda a propagandas subversivas, francamente condenáveis à luz da dignidade nacional.<sup>35</sup>

O novo governo tinha consciência de que existia uma área aberta à penetração política, nas camadas mais recentes de trabalhadores, vindas do campo ou de pequenas cidades do interior, ainda não “contaminadas” pela ideologia do proletariado de origem estrangeira. Este, sob a influência das idéias socialistas e pela experiência de luta ao longo da República Velha, identificava no Estado “a cristalização política do inimigo de classe”.

O Estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, por outro lado, a uma nova forma de Estado, que se caracteriza pela maior cen-



tralização,<sup>36</sup> o intervencionismo ampliado e não restrito apenas à área do café,<sup>37</sup> o estabelecimento de certa racionalização no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (Código de Minas, Código de Águas).

A maior centralização é facilitada pelas alterações institucionais que põem fim ao sistema oligárquico, o que não se confunde com o fim das oligarquias. Intocadas em suas fontes de poder, estas subsistem como força local, embora possa haver a troca de grupos ligados ao “antigo regime”, por outros situados na oposição. Entretanto, as oligarquias se subordinam agora ao poder central, com a perda do controle direto dos governos dos estados, onde são instalados interventores federais.

As necessidades de um Estado “que se abre a todas as pressões sem se subordinar diretamente a nenhuma delas”, em meio a uma situação financeira difícil, conduzem a essa alteração de forma. Enfrentar os graves problemas da década de 30 com as velhas práticas da burguesia cafeeira era uma tarefa impossível.

Do ponto de vista ideológico, os quadros dirigentes tendem a abandonar as fórmulas liberais, considerando-as francamente superadas, não obstante o fato de que o compromisso se instale também nesse nível, como se verifica pelos dispositivos da Constituição de 1934. A mudança vincula-se à influência das idéias autoritárias, à atração pelo fascismo, que lenta, mas seguramente, penetra nas classes dominantes nos anos 20, vindo à tona após a Revolução de 1930.

Para espanto dos liberais, o próprio Getúlio Vargas chegou a dizer, em discurso anterior ao movimento revolucionário que “a minha diretriz no governo do Rio Grande[...] se assemelha ao direito corporativo ou organização das classes promovida pelo fascismo, no período da renovação criadora que a Itália atravessa”. Em setembro de 1933, falando na Paraíba, acentuaria que

representa fato incontroverso — e os constituintes terão de levá-lo em conta — a decadência da democracia liberal e individualista e a preponderância dos governos de autoridade, em consequência

do natural alargamento do poder de intervenção do Estado, imposto pela necessidade de atender a maior soma de interesses coletivos e de garantir estavelmente, com o recurso das compressões violentas, a manutenção da ordem pública, condição essencial para o equilíbrio de todos os fatores preponderantes no desenvolvimento do progresso social.

Por sua vez, o condestável do regime — general Góis Monteiro — aconselharia os “tenentes” a amoldar seu pensamento político “num fascismo nacionalista”.

Fascismo brasileiro, nosso, com o intuito de fortalecer a unidade pátria, satisfeita a representação de classes a que tende o socialismo moderno. Não seria um fascismo à Mussolini, um fascismo mediterrâneo. Mas, de toda forma, um fascismo baseado no fortalecimento do Estado, pela contribuição dos princípios fundamentais de cada classe, bem definidas e atendidas pela administração dos negócios públicos.<sup>38</sup>

Quando discuti a versão historiográfica que estabelece conexões entre os processos de industrialização e a Revolução de 1930, disse que não elimino certo grau de verdade nela existente. Não se trata, como vimos, de interpretar o episódio em termos de ascenso ao poder da burguesia industrial, sob o prisma da intervenção direta do setor, ou da “revolução promovida do alto”. As conexões se estabelecem ao longo do tempo, indiretamente, seja pela forma que assume o Estado, seja pela separação que se dá, após 1930, entre centro economicamente dominante (São Paulo) e comando político.

A nova forma de Estado — mais centralizado, intervencionista — é uma condição básica para a expansão das atividades industriais, mesmo quando deformada e submetida ao capital externo. Por outro lado, as tentativas frustradas de desenvolvimento autônomo do fim do segundo período Vargas (1950-1954), só se tornam possíveis no quadro da separação apontada.

Tendo em vista as características da burguesia nacional dos países dependentes, foi necessário que o núcleo dominante do ponto de vista econômico — onde a burguesia industrial fez



grandes progressos, a partir dos anos 30 — perdesse o comando do Estado, para que este se abrisse aos grupos técnicos da nova classe média, à influência de setores militares, que deram forma a algumas medidas conducentes ao desenvolvimento autônomo (Petrobrás, Eletrobrás), sob a pressão dos movimentos populares.

## NOTAS

(1) Andrew Gunder Frank, *op. cit.*, e Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1966.

(2) Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1959, pp. 237 e ss.

(3) Warren Dean, *op. cit.*

(4) Antônio Delfim Netto, *O problema do café no Brasil*, São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 1959, pp. 65 e ss. Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*, 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1958, pp. 237 e ss.

(5) Como diz Vitor Nunes Leal, “para que aos governadores, e não aos ‘coronéis’ tocasse a posição mais vantajosa na troca de serviços, o meio técnico-jurídico mais adequado foram justamente as limitações à autonomia das comunas”. Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, Rio de Janeiro, Rev. Forense, 1948, p. 69.

(6) O paraibano Eptácio Pessoa, em 1921, veio em socorro dos cafeicultores, realizando a segunda operação valorizadora; em outubro daquele ano, enviou mensagem ao Congresso em que sugeria a instituição da defesa permanente do produto.

(7) A “representação direta” dos interesses cafeeiros, por parte do Estado, não elimina certo grau de autonomia deste. A propósito, Eduardo Kugelmas, estudioso do primeiro período da história republicana, lembra o exemplo do presidente paulista Rodrigues Alves, que resiste às pressões da cafeicultura de São Paulo, no sentido de obter o apoio do Executivo federal, para que se pusesse em prática o Convênio de Taubaté.

(8) Juarez Távora, *op. cit.*, vol. III, p. 331.

(9) “Muitos militares e civis, remanescentes das últimas rebeldias, vinham do exílio em países do Prata e lá se haviam impregnado das idéias comunistas, que os agentes da Rússia soviética não se cansam de divulgar. Donde um estado de espírito propenso à destruição dos mais fortes laços sociais (políticos e religiosos) e ao desrespeito à subordinação hierárquica, em resumo, uma ânsia incoercível de gozo e liberdade sem freio. Isto me aterrava. Certos fatos poste-

riores demonstraram os fundamentos das minhas preocupações. O que se passou no Exército é exemplo característico. Se não chegamos a ter os *comitês de soldados e marinheiros*, tivemos o domínio dos tenentes. O projeto, concebido por alguns destes, para afastar do exército ativo todos os generais, como incompetentes e suspeitos, patenteia as convicções de que se achavam possuídos.” Cf. Tristão e Alencar Araripe, *Tasso Fragoso: um pouco da história de nosso Exército*, Rio de Janeiro, Bibl. do Exército, 1960, pp. 588-9.

(10) Francisco Weffort, *op. cit.*, pp. 45 e ss.

(11) Antônio Delfim Netto, *op. cit.*, São Paulo, Fac. de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 1959, p. 111.

(12) O Decreto nº 16.419, de 19 de março de 1924, tinha por objetivo enfrentar a carestia de gêneros destinados à alimentação, prevendo inclusive a possibilidade de o Ministério da Agricultura requisitar e desapropriar ou adquirir tais gêneros no exterior.

(13) Azevedo Lima, *Reminiscências de um carcomido*, Rio de Janeiro, Leo, 1958, pp. 89 e ss.

(14) Antônio Delfim Netto, *op. cit.*, e Affonso d’E. Taunay, *Pequena história do café no Brasil*, Rio de Janeiro, DNC, 1945.

(15) *Diário do Congresso Nacional*, 30-8-29.

(16) *Diário Nacional*, 22-8-29.

(17) Os preços do café, em Santos, que haviam sido da ordem de 33\$500 por dez quilos para o Santos tipo 4, em 1928 e até outubro de 1929 caíram para 20\$750 em dezembro e já estavam em 15\$500 em dezembro de 1930. Em Nova York, os preços do mesmo produto caíram de 22,4 cents/libra peso, em setembro de 1929, para 15,2 em dezembro e 10,5 em dezembro de 1930. Antônio Delfim Netto, *op. cit.*, p. 131.

(18) *Diário Nacional*, 3-12-29.

(19) *Diário Nacional*, 20-5-30.

(20) *Diário Nacional*, 18-3-30.

(21) *Diário do Congresso Nacional*, 28-11-29.

(22) Argentina (setembro, 1930); Brasil (outubro, 1930); Chile (junho, 1932); Equador (agosto, 1931; outubro, 1931 e agosto, 1932); Peru (agosto, 1930 e fevereiro/março, 1931); Bolívia (junho, 1930); República Dominicana (fevereiro, 1930); Guatemala (dezembro, 1930); cf. José Nun, *cit.*

(23) *Diário Nacional*, 7-12-30, 12-9-30.

(24) Em 1927, o *Diário Nacional* já se referia aos “jovens turcos” gaúchos, que não acreditavam no PD de São Paulo e estavam certos de tomar conta da política nacional, após a eleição de Vargas para presidente do Rio Grande do Sul. E profetizava: “No Rio Grande do Sul é que estão os ministros e os presidentes do futuro. O Collor, o Osvaldo Aranha, o Sérgio de Oliveira, o Osvaldo Pinto, o Flores da Cunha”. *Diário Nacional*, 26-11-27.



(25) Paulo Nogueira Filho, *Ideais e lutas de um burguês progressista*, 2ª ed., Rio de Janeiro, J. Olympio Ed., 1965, 2ª vol., p. 405.

(26) Um militar adversário dos revolucionários reconhece que estes tinham o apoio dos sargentos, “em mais íntimo contato com a massa popular e mais expostos às influências do meio”. Estêvão Leitão de Carvalho, *Dever militar e política partidária*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1959, p. 185.)

(27) Na discussão da elevação de tarifas que incidiam sobre a linha de coser importada se evidencia o peso de uma reivindicação quando formulada a partir de uma área desenvolvida. O deputado antiindustrialista Adolfo Bergamini, referindo-se à rápida aprovação do projeto, diz que tudo se conseguiu porque a Machine Cotton de São Paulo o exigiu. Quando, no governo do sr. Bernardes, “de torturante memória”, uma fábrica de linhas de Alagoas, “dos herdeiros de Belmiro de Gouveia”, pretendeu o favor, nada conseguiu. *Diário do Congresso Nacional*, 27-12-28.

(28) Francisco Weffort, *op. cit.*, pp. 72 e ss.

(29) O café, que representara em 1929 e 1930, respectivamente, 70,9 e 62,6% do valor das exportações brasileiras, concorre, nos anos subsequentes, para o valor dessas exportações, do seguinte modo:

1931 — 68,8%  
1932 — 71,6%  
1933 — 73,1%  
1934 — 60,7%  
1935 — 52,6%  
1936 — 45,5%  
1937 — 42,1%

Observe-se que a queda das exportações, a partir de 1934 não resulta da diminuição da produção (a produção média entre 1931-35 foi de 24 674 752 sacas contra 26 284 100 em 1936), mas da perda de mercados, em consequência da política de defesa de preços do produto. Ministério das Relações Exteriores, *Brasil — 1935*, Rio de Janeiro, 1935, e Ministério das Relações Exteriores, *Brasil 1939-1940*, Rio de Janeiro, 1940.

(30) Abguar Bastos levanta uma hipótese importante, sujeita a maior verificação, de que o decreto não objetivava socorrer os produtores, mas atender os grupos financeiros ligados ao ramo. De fato, há sérios indícios de que a defesa do café não significou a defesa do pequeno e médio produtor, mas dos grandes empresários e dos grupos financeiros, freqüentemente interligados. Abguar Bastos, *op. cit.*, p. 50.

(31) Pedro Aurélio de Góis Monteiro, *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*, Rio de Janeiro, Adersen, s. d., pp. 156-7.

(32) Góis Monteiro, *op. cit.*, p. 199.

(33) A repressão se estabeleceu desde o início do novo governo quando as forças de esquerda tentaram realizar um comício no Rio de Janeiro, em janeiro

de 1931. Várias pessoas foram detidas, entre elas os irmãos Fernando e Paulo de Lacerda (este preso em Santos), tendo-se cogitado de seu confinamento em Fernando de Noronha. Pouco depois, os jornais noticiavam que o governo cogitava de contratar dois técnicos americanos para estudar um sistema de policiamento eficaz para pôr um dique ao comunismo. *O Estado de S. Paulo*, 20-1-31 e 6-3-31.

(34) *Diário Nacional*, 25-11-30. *O Estado de S. Paulo*, 3-3-31. *Diário Nacional*, 19-7-31.

(35) *O Estado de S. Paulo*, 25-1-31.

(36) Vejam-se por exemplo, os dispositivos do “Código dos Interventores” (Decreto 20.348, de 29-8-31), vedando aos estados contrair empréstimo externo sem a autorização do Governo Provisório; gastar mais de 10% da despesa ordinária com os serviços da polícia militar; dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou armá-las em proporção superior ao Exército.

(37) Lembrem-se, em áreas diversas, as medidas de incentivo ao consumo de produtos nacionais, a limitação às importações de trigo, a criação do Conselho Federal do Comércio Exterior, o monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil.

(38) *Diário Nacional*, 11-8-29. Getúlio Vargas, *op. cit.*, vol. II, p. 150. *Diário Nacional*, 21-1-32.